

31/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Sistema do Future-se é de adesão, diz Culau](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Novo bloqueio do Orçamento atinge R\\$ 348 milhões da Educação](#)

[Escolas com infraestrutura ruim têm pior desempenho no Ideb](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ufa!](#)

[Cidadania e Educação sofrem com novo corte](#)

O GLOBO - RJ

[Governo bloqueia mais R\\$ 348 milhões da Educação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Corte atingirá área social e Educação](#)

[Ensino à distância](#)

Agências de notícias e sites

AGROSOFT

[PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA FORTALECE O ENSINO DA CIÊNCIA NO BRASIL](#)

G1

[Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação](#)

PARAIBA

[Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação](#)

RADAR SANTA MARIA - DF

[Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Novo bloqueio do Orçamento atinge R\\$ 348 milhões da Educação](#)

[Escolas com infraestrutura ruim têm pior desempenho no Ideb](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Pesquisa comprova que estrutura física de escolas influencia desempenho](#)

G1

[Três meses após bloqueio do MEC, instituições federais de ensino na PB preveem colapso financeiro](#)

[Rede federal tem condições de infraestrutura melhores que as de escolas privadas, diz estudo da Unesco](#)

TERRA

[Novo bloqueio atinge R\\$ 348 milhões da Educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Novo bloqueio atinge R\\$ 348 milhões da Educação](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[MEC prorroga prazo para renegociação de dívida com Fies](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[EM DEFESA DO FUNDEB](#)

O DIA - PI

[MEC prorroga prazo para renegociação de dívida com Fies](#)

O LIBERAL - PA

[Fies prorroga prazo para renegociar dívida](#)

Agências de notícias e sites

GUIA DO ESTUDANTE

[MEC reunirá serviços em um único site a partir de 2020](#)

MAXPRESSNET

[Inscrições abertas para mestrado especial em Direito do UniCEUB](#)

MSN

[MEC reunirá serviços em um único site a partir de 2020](#)

R7

[Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019](#)

TERRA

[O controverso programa do MEC para salvar as universidades federais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019](#)

[O controverso programa do MEC para salvar as universidades federais](#)

Agências de notícias e sites

PARA+

[Portal é lançado pela Unesp com dados de 3 mil professores](#)

TV ONIX

[100% dos serviços do MEC serão digitais](#)

24 BRASIL

[MAIS CORTES NA EDUCAÇÃO - Governo Edita Decreto Orçamentário Detalhando](#)

[Bloqueio De R\\$ 1,44 Bilhão](#)

PORTAL ISTOÉ

[Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Sistema do Future-se é de adesão, diz Culau

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Ariosto Culau, acredita que o programa Future-se seja aprovado ainda neste ano. Ele participou do CB Poder, programa da TV Brasília em parceria com o Correio.

A proposta do MEC está em consulta pública e, segundo o secretário, destina-se a aumentar a autonomia de gestão orçamentária e financeira das instituições de ensino superior, incluindo institutos e universidades federais. De acordo com Culau, o programa apresenta dois principais instrumentos: a possibilidade de contratação de organizações sociais de forma mais flexível e transparente e a criação de um fundo de recursos.

O secretário atribui a resistência ao programa por parte de reitores e comunidade acadêmica a uma leitura dos riscos que acompanham mudanças de paradigmas. "O mundo lá fora, as universidades conseguem capturar recursos adicionais de até 58%, 60% do bancado pelo setor público. É uma proposta que visa alavancar recursos, não substituí-los".

Culau explica que "é um modelo de adesão" e as universidades que não aderirem ao programa não sofrerão qualquer tipo de retaliação. Aqueles que enxergarem como uma oportunidade de crescimento, de busca de recursos adicionais para a melhoria da qualidade da educação, pesquisa e inovação e internacionalização têm a possibilidade de aderir. Não é uma ameaça, é uma oportunidade", declara.

De acordo com ele, o fundo do Future-se é complementar, adicional aos mecanismos orçamentários já existentes. "Não vem substituir, de forma alguma, os recursos já destinados às universidades". Segundo Culau, as principais fontes do fundo serão patrimônios da União, leis de incentivo, como a Rouanet e a de Inovação.

De acordo com ele, o momento que o Brasil vive é o de reavaliação, de busca por novas formas de políticas de fomento à educação. “Ver o que outros países estão fazendo e, até mesmo, o que instituições brasileiras estão fazendo e usufruir desses instrumentos”. Ele explica que entre os desafios da educação estão também a valorização dos professores e profissionais da educação “Isso passa, também, por uma boa formação”.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Novo bloqueio do Orçamento atinge R\$ 348 milhões da Educação

Ministério da Educação tem novos recursos bloqueados e responde pelo maior corte no ano

Brasília

O bloqueio de R\$ 1,4 bilhão no Orçamento federal deste ano, anunciado pelo governo na última semana, será distribuído em nove ministérios. Decreto com o detalhamento do corte foi editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na noite desta terça-feira (30).

A maior limitação, de R\$ 619 milhões, será feita no Ministério da Cidadania. O segundo maior corte ficou com o MEC (Ministério da Educação), que terá menos R\$ 348 milhões para gastar neste ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/novo-bloqueio-do-orcamento-atinge-r-348-milhoes-da-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Escolas com infraestrutura ruim têm pior desempenho no Ideb

Estudo da Unesco e da UFMG analisou qualidade de infraestrutura em instituições de ensino fundamental

Belo

Horizonte

Escolas com prédios precários, pouco acesso a serviços públicos e sem inclusão para pessoas com deficiência tiveram as piores avaliações no Ideb — o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que sintetiza o desempenho médio dos alunos na Prova Brasil e a média de taxas de aprovação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/escolas-com-infraestrutura-ruim-tem-pior-desempenho-no-ideb.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Ufa!

O ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, recebeu um pequeno alento de Onyx Lorenzoni (Casa Civil): o CNPq terá recursos para honrar as bolsas em andamento até o fim do ano. Hoje, a Pasta só tem dinheiro para custeio das bolsas até setembro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Cidadania e Educação sofrem com novo corte

Contingenciamento adicional de R\$ 1,442 bi anunciado semana passada atinge também Saúde, Economia, Turismo e outros quatro ministérios

BRASÍLIA

O governo publicou na noite de ontem edição extra do Diário Oficial da União que distribui entre os órgãos do Executivo o contingenciamento de R\$ 1,442 bilhão, anunciado na semana passada. O ministério mais atingido foi o da Cidadania, que teve mais R\$ 619 milhões congelados. No total, a pasta tem contingenciados R\$ 1,3 bilhão de um orçamento total de R\$ 4,9 bilhões no ano.

Em seguida, a maior tesourada foi na Educação, com R\$ 348,5 milhões contingenciados. O ministério tem R\$ 6,1 bilhões contingenciados de um orçamento de R\$ 25 bilhões – os cortes na

Educação foram alvos de protestos no início do ano. O Ministério da Economia teve mais R\$ 282,6 milhões contingenciados e o do Turismo outros R\$ 100 milhões. Também foram atingidos os Ministérios da Ciência e Tecnologia (R\$ 59,8 milhões), Agricultura (R\$ 54,7 milhões), Relações Exteriores (R\$ 32,8 milhões) e Meio Ambiente (R\$ 10,1 milhões) Saúde (R\$ 6,9 milhões).

Por outro lado, em meio à crise nas penitenciárias, foram liberados R\$ 60 milhões para o Ministério da Justiça e outros R\$ 5 milhões para o da Família e Direitos Humanos. Outros R\$ 809 milhões da reserva orçamentária foram utilizados para fechar as contas e evitar um contingenciamento ainda maior.

Adicionais. O bloqueio adicional de R\$ 1,442 bilhão no Orçamento se somou aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março. O chamado contingenciamento é feito para o governo atingir o déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) de até R\$ 139 bilhões em 2019.

Há a possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano. Para isso, porém, depende do ingresso de receitas adicionais. Esses recursos podem ser obtidos de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de crescimento maior da economia, o que causaria o aumento na arrecadação.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Governo bloqueia mais R\$ 348 milhões da Educação

No ano, contingenciamento na pasta, motivo de protestos em maio, chega a R\$ 6,1 bilhões; corte é o maior do orçamento federal

BRASÍLIA- O governo decidiu bloquear mais R\$ 348 milhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC). O montante faz parte de um contingenciamento maior, de R\$ 1,442 bilhão, referente ao terceiro bimestre deste ano. O detalhamento do corte foi divulgado na noite de ontem pelo Ministério da Economia.

Ao todo, a Educação tem bloqueados R\$ 6,1 bilhões neste ano, maior corte em toda a Esplanada dos Ministérios. No total, o orçamento federal está bloqueado em R\$ 33,4 bilhões.

O bloqueio de recursos foi feito porque os técnicos revisaram para baixo a previsão de crescimento da economia, de 1,6% para 0,8%. Esta é a terceira vez que o governo reavalia a trajetória das despesas para cumprir a meta de resultado das contas públicas. Neste ano, o rombo não pode passar de R\$ 139 bilhões.

No terceiro bimestre, o Ministério da Cidadania foi o que mais teve recursos bloqueados, R\$ 619 milhões. No ano, a pasta já perdeu R\$ 1,3 bilhão.

O Ministério da Defesa é o segundo na lista dos que mais têm recursos contingenciados no ano, com R\$ 5,8 bilhões. Na sequência, estão Economia (R\$ 4,4 bilhões) Minas e Energia (R\$ 3,8 bilhões); e Desenvolvimento Regional (R\$ 3,1 bilhões), responsável pelo Minha Casa, Minha Vida.

Os cortes na pasta mais afetada, a da Educação, já provocaram protestos contra o presidente Jair Bolsonaro. O maior deles aconteceu em 15 de maio, quando estudantes, professores e profissionais da educação participaram, em mais de 200 cidades nos 26 estados do país e no Distrito Federal, de atos contra o bloqueio de verbas anunciado pelo governo semanas antes.

As polícias militares dos estados não estimaram o total de manifestantes. A UNE, uma das organizadoras do ato nacional, estimou em 1,5 milhão o número de pessoas nas ruas.

Pouco depois disso, o governo recuou e recompôs parte do orçamento do MEC que havia sido contingenciado, devolvendo R\$ 1,6 bilhão à pasta. O contingenciamento total das verbas discricionárias (para despesas não obrigatórias) da Educação havia sido de R\$ 7,4 bilhões.

Em junho, seis ex-ministros da Educação divulgaram nota conjunta em que dizem que a gestão

do presidente Jair Bolsonaro vê o setor como uma "ameaça". Eles criticam os cortes na área e manifestam preocupação com as políticas adotadas pelo governo federal.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Corte atingirá área social e Educação

Por Carla Araújo e Fabio Graner | De Brasília

Com a necessidade de cortar R\$ 2,25 bilhões em despesas, o governo Jair Bolsonaro decidiu reduzir os limites de gastos da área social. Entre os ministérios, o mais afetado na nova programação orçamentária foi a pasta da Cidadania, que teve uma redução de R\$ 619 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www.valor.com.br/brasil/6371625/corte-atingira-area-social-e-educacao>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO&TRIBUTOS

Ensino à distância

Curtas

A Escola Nacional de Advocacia (ENA) lançou uma plataforma digital para promover cursos de pós-graduação 100% on-line. Em um primeiro momento, serão oferecidos os cursos Processo Civil e Direito e Processo do Trabalho, com duração de 18 meses e certificados pela Universidade Candido Mendes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www.valor.com.br/legislacao/6371443/curtas#impresso528172>

topo ↕

AGROSOFT - TEMPO REAL

PROGRAMA CIÊNCIA NA ESCOLA FORTALECE O ENSINO DA CIÊNCIA NO BRASIL

O Programa Ciência na Escola foi lançado pelo governo federal em 2019 com o objetivo de aprimorar o ensino de ciências da Educação Básica no Brasil. A iniciativa, conduzida em conjunto pelo Ministério da Educação, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, vai investir na qualificação de professores e estimular o interesse dos jovens pelas carreiras científicas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação

Governo divulgou detalhamento do bloqueio de R\$ 1,44 bilhão anunciado na semana passada. Objetivo da área econômica é tentar cumprir a meta fiscal fixada para 2019.

O governo publicou na noite desta terça-feira (30), em edição extraordinária do "Diário Oficial da União", o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019.

O bloqueio adicional na peça orçamentária, que se soma aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março, tem por objetivo tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) do governo neste ano, de até R\$ 139 bilhões.

Há possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano, mas, para isso, depende do ingresso de receitas adicionais – que podem ser obtidas de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de um crescimento maior da economia – com respectivo impacto na arrecadação.

Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as três pastas que sofreram os maiores bloqueios são:

Ministério da Cidadania:	R\$ 619,16 milhões	(42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão)
Ministério da Educação:	R\$ 348,47 milhões	(24,1%)
Ministério da Economia:	R\$ 282,57 milhões	(19,5%)

Veja outros bloqueios ou liberação de verbas autorizados por meio do decreto:

Agricultura:	bloqueio	de	R\$	54,69	milhões
Ciência e Tecnologia:	bloqueio	de	R\$	59,78	milhões
Infraestrutura:	liberação	de	R\$	60	milhões
Meio Ambiente:	bloqueio	de	R\$	10,19	milhões
Mulher, Família e Direitos Humanos:	liberação	de	R\$	5	milhões
Relações Exteriores:	bloqueio	de	R\$	32,88	milhões
Saúde:	bloqueio	de	R\$	6,99	milhões
Turismo:	bloqueio	de	R\$	100	milhões

Efeito dos contingenciamentos
Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios), somente dos ministérios, caiu de R\$ 129 bilhões, no início do ano, para R\$ 87,41 bilhões após os bloqueios. O governo afirma que buscará reverter os contingenciamentos no decorrer do ano e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

"Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Nossa intenção é que seja recomposto, ou mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos [recomposição], teremos problemas de execução nos ministérios. Nossas ações são para que isso não ocorra", declarou na semana passada o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o governo também está atuando por meio das reformas, para melhorar o ambiente da economia e, com isso, incrementar também a arrecadação.

"Apesar de sermos prudentes e transparentes, nosso esforço é de trazer medidas que levem à reativação da economia. Nova previdência é uma, mas há a reforma tributária, o mercado de gás. Outras medidas que afetem a receita positivamente", acrescentou, na ocasião.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;
Ações de defesa agropecuária;
Bolsas do estudo CNPq;
Concessão de bolsas de estudo (Capes);
Pronatec; Emissão de passaportes;
Farmácia popular;
Fiscalização ambiental (Ibama);
Bolsas para atletas;
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

topo ↕

PARAIBA - TEMPO REAL

Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação

O governo publicou na noite desta terça-feira (30), em edição extraordinária do "Diário Oficial da União", o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019.

O bloqueio adicional na peça orçamentária, que se soma aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março, tem por objetivo tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) do governo neste ano, de até R\$ 139 bilhões.

Há possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano, mas, para isso,

depende do ingresso de receitas adicionais – que podem ser obtidas de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de um crescimento maior da economia – com respectivo impacto na arrecadação.

Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as três pastas que sofreram os maiores bloqueios são:

Ministério da Cidadania:	R\$ 619,16 milhões	(42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão)
Ministério da Educação:	R\$ 348,47 milhões	(24,1%)
Ministério da Economia:	R\$ 282,57 milhões	(19,5%)

Veja outros bloqueios ou liberação de verbas autorizados por meio do decreto:

Agricultura:	bloqueio de	R\$ 54,69 milhões
Ciência e Tecnologia:	bloqueio de	R\$ 59,78 milhões
Infraestrutura:	liberação de	R\$ 60 milhões
Meio Ambiente:	bloqueio de	R\$ 10,19 milhões
Mulher, Família e Direitos Humanos:	liberação de	R\$ 5 milhões
Relações Exteriores:	bloqueio de	R\$ 32,88 milhões
Saúde:	bloqueio de	R\$ 6,99 milhões
Turismo:	bloqueio de	R\$ 100 milhões

Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios), somente dos ministérios, caiu de R\$ 129 bilhões, no início do ano, para R\$ 87,41 bilhões após os bloqueios. O governo afirma que buscará reverter os contingenciamentos no decorrer do ano e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

“Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Nossa intenção é que seja recomposto, ou mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos [recomposição], teremos problemas de execução nos ministérios. Nossas ações são para que isso não ocorra”, declarou na semana passada o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o governo também está atuando por meio das reformas, para melhorar o ambiente da economia e, com isso, incrementar também a arrecadação.

“Apesar de sermos prudentes e transparentes, nosso esforço é de trazer medidas que levem à reativação da economia. Nova previdência é uma, mas há a reforma tributária, o mercado de gás. Outras medidas que afetem a receita positivamente”, acrescentou, na ocasião.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;
Ações de defesa agropecuária;
Bolsas do CNPq;
Concessão de bolsas de estudo (Capes);
Pronatec; Emissão de passaportes;
Farmácia popular;
Fiscalização ambiental (Ibama);
Bolsas para atletas;
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

[topo](#)

RADAR SANTA MARIA - DF - NOTÍCIAS

Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação

Governo divulgou detalhamento do bloqueio de R\$ 1,44 bilhão anunciado na semana passada. Objetivo da área econômica é tentar cumprir a meta fiscal fixada para 2019 que se soma aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março, tem por objetivo tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) do governo neste ano, de até R\$ 139 bilhões.

Há possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano, mas, para isso, depende do ingresso de receitas adicionais – que podem ser obtidas de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de um crescimento maior da economia – com respectivo impacto na arrecadação.

Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as três pastas que sofreram os maiores bloqueios são:

Ministério da Cidadania:	R\$ 619,16 milhões	(42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão)
Ministério da Educação:	R\$ 348,47 milhões	(24,1%)
Ministério da Economia:	R\$ 282,57 milhões	(19,5%)

Veja outros bloqueios ou liberação de verbas autorizados por meio do decreto:

Agricultura:	bloqueio de R\$ 54,69 milhões
Ciência e Tecnologia:	bloqueio de R\$ 59,78 milhões
Infraestrutura:	liberação de R\$ 60 milhões
Meio Ambiente:	bloqueio de R\$ 10,19 milhões
Mulher, Família e Direitos Humanos:	liberação de R\$ 5 milhões
Relações Exteriores:	bloqueio de R\$ 32,88 milhões
Saúde:	bloqueio de R\$ 6,99 milhões
Turismo:	bloqueio de R\$ 100 milhões

Efeito dos contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série histórica do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios), somente dos ministérios, caiu de R\$ 129 bilhões, no início do ano, para R\$ 87,41 bilhões após os bloqueios. O governo afirma que buscará reverter os contingenciamentos no decorrer do ano e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

“Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Nossa intenção é que seja recomposto, ou mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos [recomposição], teremos problemas de execução nos ministérios. Nossas ações são para que isso não ocorra”, declarou na semana passada o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o governo também está atuando por meio das reformas, para melhorar o ambiente da economia e, com isso, incrementar também a arrecadação.

“Apesar de sermos prudentes e transparentes, nosso esforço é de trazer medidas que levem à reativação da economia. Nova previdência é uma, mas há a reforma tributária, o mercado de gás. Outras medidas que afetem a receita positivamente”, acrescentou, na ocasião.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;

Ações de defesa agropecuária;
Bolsas do CNPq;
Concessão de bolsas de estudo (Capes);
Pronatec; Emissão de passaportes;
Farmácia popular;
Fiscalização ambiental (Ibama);
Bolsas para atletas;
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Novo bloqueio do Orçamento atinge R\$ 348 milhões da Educação

Ministério da Educação tem novos recursos bloqueados e responde pelo maior corte no ano

Brasília

O bloqueio de R\$ 1,4 bilhão no Orçamento federal deste ano, anunciado pelo governo na última semana, será distribuído em nove ministérios. Decreto com o detalhamento do corte foi editado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) na noite desta terça-feira (30).

A maior limitação, de R\$ 619 milhões, será feita no Ministério da Cidadania. O segundo maior corte ficou com o MEC (Ministério da Educação), que terá menos R\$ 348 milhões para gastar neste ano.

Com a piora nos parâmetros econômicos e uma redução nas projeções de arrecadação, o governo já havia feito em março um bloqueio de aproximadamente R\$ 30 bilhões no Orçamento.

A redução de recursos na área da Educação levou a uma onda de protestos em maio. No mesmo mês, a equipe econômica anunciou o desbloqueio de parte da verba do ministério da área.

Agora, voltou a fazer um corte na Educação. No total, foram bloqueados neste ano R\$ 6,2 bilhões da pasta, quase 25% do orçamento para o ano. É o maior corte da esplanada dos ministérios.

O decreto editado nesta terça ainda bloqueia recursos dos ministérios da Agricultura (R\$ 54 milhões), Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (R\$ 59 milhões), Economia (R\$ 282 milhões), Meio Ambiente (R\$ 10 milhões), Relações Exteriores (R\$ 32 milhões), Saúde (R\$ 6 milhões) e Turismo (R\$ 100 milhões).

A medida recompõe R\$ 60 milhões ao Ministério de Infraestrutura e R\$ 5 milhões ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O corte de R\$ 1,4 bilhão no Orçamento dos ministérios só não foi maior porque o governo usou uma reserva de recursos destinada a situações emergenciais.

Para atenuar o bloqueio, a equipe econômica usou R\$ 809 milhões que restavam na reserva.

A cada dois meses, o governo precisa reavaliar as contas e ver se o balanço entre receitas e despesas permite o cumprimento da meta fiscal, atualmente fixada em déficit de R\$ 139 bilhões.

Em setembro, uma nova avaliação será feita. Eventual descompasso na conta levará a novo corte, já que não há mais reserva emergencial para cobrir o rombo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Escolas com infraestrutura ruim têm pior desempenho no Ideb

Estudo da Unesco e da UFMG analisou qualidade de infraestrutura em instituições de ensino fundamental

Escolas com prédios precários, pouco acesso a serviços públicos e sem inclusão para pessoas com deficiência tiveram as piores avaliações no Ideb — o Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica, que sintetiza o desempenho médio dos alunos na Prova Brasil e a média de taxas de aprovação.

A relação entre resultados escolares e infraestrutura é um dos pontos apontados no estudo realizado pela Unesco e pela UFMG, que analisa a qualidade da infraestrutura das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil, divulgado nesta quarta-feira (31).

Com base no Censo Escolar e no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) do Inep, a pesquisa utilizou dados de 143.170 escolas públicas e privadas de ensino fundamental do país, avaliando os anos de 2013, 2015 e 2017. As privadas e federais foram usadas para validação, mas retiradas da análise final.

A relação entre as notas do Ideb e índices de infraestrutura é apontada tanto em anos iniciais, quanto finais do ensino fundamental, segundo o estudo.

“Não é um modelo controlado, mas o que ele mostra é que é uma condição básica: sem você ter infraestrutura, dificilmente vai ter bons resultados”, explica Maria Teresa Gonzaga Alves, professora da UFMG e uma das coordenadoras da pesquisa.

Para avaliar a qualidade da infraestrutura escolar, a pesquisa focou em cinco dimensões: área (zona urbana ou rural, estado e região do país onde está localizada); atendimento (etapas e modalidade de ensino); condições da escola (estado dos prédios, acesso a serviços públicos, ambiente); condições para ensino e aprendizado (situação dos espaços pedagógicos) e condições para equidade (acesso e ambiente para pessoas com deficiência).

Ainda que federais e particulares sigam com médias melhores do que estaduais e municipais, os indicadores da rede pública evoluíram. Escolas urbanas seguem com indicadores melhores do que as da zona rural.

O tamanho das escolas também faz diferença. Escolas com até 50 alunos, por exemplo, categoria que inclui a maioria dos estudantes brasileiros, têm indicadores mais baixos que aquelas com mais de 400 alunos. Em alguns indicadores a diferença chega perto de cinco pontos.

A pesquisa também dividiu a infraestrutura geral dos estabelecimentos em sete níveis, sendo as escolas de nível I as com situação mais precária, não tendo nem banheiros dentro dos prédios (geralmente encontradas em zonas rurais e na região Norte) até o nível VII (nível de grandes escolas urbanas do Sul e Sudeste).

O estudo indica que a infraestrutura das escolas reflete aspectos padrão do país. Quanto mais alto o Inse (índice de nível socioeconômico) dos alunos, por exemplo, maiores também os indicadores de infraestrutura da escola.

“Temos escolas para pobres e para ricos, e estamos analisando somente escolas municipais e estaduais. Mesmo na rede pública, a desigualdade é muito grande”, avalia Maria Teresa.

Quanto às regiões, enquanto Centro-Oeste ocupa posição intermediária, Sul e Sudeste têm médias melhores de infraestrutura do que as do Norte e Nordeste. O Nordeste foi a região que mais avançou no período analisado - especialmente o Ceará.

Maria Teresa explica a melhora com algo que não entrou no estudo: dados recentes do Inep indicam investimento de cerca de 200% em educação básica nas regiões mais pobres entre 2000 e 2015, em políticas articuladas entre entes da federação.

O indicador onde muitos estabelecimentos de ensino tiveram baixa é AEE (Atendimento Educacional Especializado), que mede inclusão. Enquanto os dados mostram diminuição de escolas entre nível I e III, há dificuldade para se chegar a mais escolas nível VII, que tem como determinante condições de inclusão para pessoas com deficiência.

Para Maria Teresa, é preciso investimento, mas também tomar cuidado na análise dos dados. "Eles indicam que talvez a gente precise melhorar a coleta do dado, talvez colocar mais itens para refinar a medida. A escola pode ter rampa adaptada, mas será que tem banheiro adaptado?", diz.

A melhoria da infraestrutura das escolas é uma das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) de 2014, como estratégia para melhorar os índices de educação básica no país. Ela também é prevista entre as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, aprovadas em 2015, em reunião de líderes mundiais na Coreia do Sul.

A ideia é que a análise de dados do estudo, ajude a apontar uma forma de municípios e estados monitorarem os números. "É interessante se esse trabalho ajudar no acompanhamento de uma qualidade que a gente espera que não caia".

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Pesquisa comprova que estrutura física de escolas influencia desempenho

Estudo da Unesco com a UFMG analisou dados de 143 mil escolas das redes federal, estadual, municipal e privada e comparou com notas no Ideb

RIO — Escolas com as maiores notas do Ideb possuem indicadores melhores de infraestrutura. Essa é uma das conclusões de uma pesquisa realizada pela Unesco em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), escolas estaduais e municipais com os níveis mais baixo de Ideb possuem 5,7 pontos em Infraestrutura Geral. Já os mais altos têm 6,9. Já nos anos finais (do 6º ao 9º ano), a diferença é de 6,1 contra 7,1, respectivamente.

O indicador Infraestrutura Geral é formado por onze aspectos diferentes. São eles:

Serviços Básicos (água, energia, esgoto e coleta de lixo)
Instalações do Prédio (presença de espaços como banheiro, cozinha, refeitório e despensa)
Prevenção de Danos (proteção contra incêndio, boa iluminação do lado de fora da escola, muros e mecanismos de proteção)
Conservação
Conforto (iluminação e salas arejadas)
Ambiente prazeroso (pátio, área verde e banheiro com chuveiro)
Espaços Pedagógicos (laboratórios, biblioteca, quadra, auditório)
Equipamento para apoio administrativo (copiadoras, impressoras e internet)
Equipamento para apoio pedagógico (TVs, DVDs, máquinas fotográficas)
Acessibilidade

Ambiente para Atendimento Especializado (ensino de braille, comunicação alternativa, soroban). A pesquisa utilizou dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2013, 2015 e 2017.

No total, foram consideradas 143 mil escolas das redes federal, estadual, municipal e privada. A pesquisa divide as escolas em cinco níveis do Ideb: baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto.

Os dados mostram ainda que itens como Espaços Pedagógicos têm regredido progressivamente. Nos anos iniciais, as escolas com nível baixo tiveram, em 2017, 1,8 ponto nesta variável. Em 2013, eram 2,8. Já as com Ideb alto caíram de 5,2 para 4,4.

"A involução nos espaços pedagógicos não é um resultado esperado, uma vez que ele é mensurado pela existência de ambientes físicos na escola. Os dados do Censo Escolar não nos permitem inferir se houve alteração na destinação dos espaços pedagógicos (por exemplo, um laboratório de informática que se torna um espaço administrativo mensurado em outro indicador), se foi problema no registro dessas informações em algumas escolas ou outra explicação", informa o texto da pesquisa.

O índice geral das escolas de ensino médio do Brasil está em 5,7. Esse dado corresponde todas as variáveis de todas as unidades de ensino do país. No entanto, separando por tipo de rede, elas variam de 8,2 nas federais; 6,7 nas privadas; 6,5 da estadual; e 5,2 nas municipais.

Um dado importante é que os colégios privados possuem os piores dados em relação a Ambiente para Atendimento Especializado: passou de 0, em 2013, para 0,1, em 2017. Este é o pior índice de todos os quesitos considerando todas as redes.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Três meses após bloqueio do MEC, instituições federais de ensino na PB preveem colapso financeiro

Bloqueio em 30% do orçamento das instituições só garante funcionamento até setembro, explicam reitores.

Por

G1

PB

Três meses após o bloqueio de aproximadamente R\$ 90 milhões do orçamento por parte do Ministério da Educação (MEC), as instituições federais de ensino da Paraíba fazem previsão de colapso orçamentário a partir de outubro deste ano caso não haja um desbloqueio. Reitores e pró-reitores de UFPB, UFCG e IFPB explicam que os recursos disponíveis no orçamento após bloqueio de 30% só garantem cumprimento de contratos e custeio de despesas até setembro.

O bloqueio dos recursos foi definido pelo MEC no dia 30 de abril deste ano. Na Paraíba, o valor bloqueado pelo governo federal para suas universidades e institutos chegou em R\$ 91 milhões, sendo R\$ 44 milhões para o UFPB, R\$ 27 milhões para UFCG e R\$ 20 milhões no IFPB. A previsão em cada uma dessas instituições de ensino superior é de que o contingenciamento só permita arcar com os custos do funcionamento até setembro.

O vice-reitor e secretário de planejamento da UFCG, Camilo Farias, comentou que a recomendação feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) é de que as universidades federais sigam honrando com os contratos firmados até setembro, que é o prazo em que acaba o orçamento contingenciado pelo governo federal.

"Em outras universidades, em outros estados, já temos conhecimento de demissão de funcionários terceirizados ou de problemas para arcar com a despesa de energia elétrica. Na UFCG não estamos enfrentando esse tipo de problema ainda. Seguimos a orientação da Andifes e esperamos que os valores sejam desbloqueados pelo governo", comentou.

Confira o balanço feito por cada uma das universidades e instituto federais na Paraíba após três meses de contingenciamento do MEC no orçamento das instituições.

UFPB

A reitora Margareth Diniz afirmou que o orçamento da UFPB segue contingenciado. A instituição recebeu até julho apenas 48% do crédito orçamentário. A universidade sofreu o maior bloqueio de verbas entre as instituições federais na Paraíba. Foram suprimidos R\$ 44 milhões do orçamento, correspondentes aos 30% contingenciados pelo MEC.

Ainda de acordo com a reitora, a UFPB tem trabalhado para que, caso não haja liberação do restante do dinheiro previsto no orçamento em outubro, que a unidade de ensino superior esteja preparada para liberação do dinheiro bloqueado ao final do ano.

"Se o descontingenciamento só acontecer ao final do ano, se ele chegar só no final do ano todo de uma vez, a gente precisa dar andamento o mais rápido possível para normalizar a situação dos meses anteriores", explicou.

UFCG

O vice-reitor e secretário de planejamento da UFCG, Camilo Farias, segue a mesma linha da UFPB. Segundo ele, o orçamento da UFCG garante o cumprimento de todas as despesas previstas até o mês de setembro. A partir de outubro, caso não haja desbloqueio, vai haver um colapso no

O orçamento da UFCG era de cerca de R\$ 90 milhões, após o bloqueio dos 30%, cerca de R\$ 27 milhões foram suprimidos da instituição. Para recursos discricionário, a UFCG passou a contar com aproximadamente R\$ 63 milhões, um montante disponível para arcar com todos os contratos firmados para 2019. Do volume de despesas da UFCG, cerca de R\$ 42 milhões é apenas para pagamento de funcionários terceirizados, algo em torno de 47% do orçamento total de R\$ 90 milhões.

"O bloqueio foi dia 30 de abril, já tínhamos quatro meses completos de gastos no orçamento. São 30% em cima de 8 meses e não em cima de um ano. Tínhamos 90 milhões e passamos para 63 milhões de reais. Para entendermos a dimensão, nessa situação, são R\$ 63 milhões em um orçamento que R\$ 42 milhões são apenas para os terceirizados", comentou.

A UFCG segue trabalhando, assim como a UFPB, para reduzir os custos de manutenção da instituição, na esperança de que os valores sejam desbloqueados pelo governo federal. Muito embora, de acordo com Camilo Farias, apesar de toda economia, a redução de gastos ainda não garante a cobertura dos demais compromissos financeiros da universidade que estão sob risco com o bloqueio.

"Fizemos R\$ 400 mil de economia em água, da mesma forma, a partir de projetos da própria universidade, uma redução no uso da energia elétrica. Atualmente, 100% dos nossos processos administrativos são eletrônicos. Mas isso tudo não é suficiente", conclui o vice-reitor.

IFPB

No caso do IFPB, de acordo com o pró-reitor de administração e finanças do IFPB, Pablo Andrey, a instituição entrou no segundo semestre com apenas 53% do orçamento total previsto. A verba foi utilizada para para o pagamento de energia, água, serviços terceirizados bolsas e etc. Outros 20% do orçamento de investimento, que é para a aquisição de equipamentos. O IFPB sofreu um bloqueio na ordem de R\$ 21 milhões.

"Considerando o contingenciamento realizado de 40% no custeio, só nos restaria receber mais 7% (recebemos 53% até agora e 40% estão bloqueados) até o final do ano. Destes 53% do orçamento de custeio recebido, já o executamos quase na totalidade. Isto é normal, pois estamos mais ou menos no meio no ano, e está proporcional ao orçamento. Todavia, a instituição está funcionando com austeridade e sem perder a sua qualidade, marca essa do IFPB", explicou.

Assim como UFPB e UFCG, com o orçamento disponível, o instituto só teria funcionamento até o mês de setembro, quando os contratos começam a ser renovados. "O reitor viajou nesta terça-feira (30) à Brasília para a reunião com todos os reitores da rede federal de educação profissional para discutir e reivindicar o desbloqueio do orçamento", relatou.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Rede federal tem condições de infraestrutura melhores que as de escolas privadas, diz estudo da Unesco

Já as redes municipais são as que têm o indicador mais baixo de qualidade de infraestrutura nas escolas, segundo publicação divulgada nesta quarta-feira (31).

As escolas da rede federal de ensino são as que apresentam as melhores condições de infraestrutura do país, segundo um estudo divulgado nesta quarta-feira (31) pela Unesco, a organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A publicação, coordenada pelas professoras Maria Teresa Gonzaga e Flavia Pereira Xavier, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), usou dados oficiais do governo federal para elaborar indicadores de infraestrutura para as escolas brasileiras.

Com o auxílio de pesquisadores de doutorado, mestrado e graduação da UFMG, as professoras cruzaram informações dos microdados do Censo Escolar com os do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ambos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

A publicação inclui dados referentes a 2013, 2015 e 2017 – apesar de o Censo Escolar ser divulgado anualmente, o Saeb só é realizado a cada dois anos.

Pelo indicador de "infraestrutura geral" mais recente, equivalente a 2017, a rede federal ficou com 8,2 pontos na escala de 0 a 10, seguida pela rede privada (6,7), as redes estaduais (6,5) e as redes municipais (5,2).

Além da escala de 0 a 10, esse indicador também é dividido em sete níveis diferentes de infraestrutura – o nível aumenta conforme a escola se aproxima das condições adequadas.

Veja o resumo das condições de cada nível:

NÍVEL 1: A escola sequer tem banheiro dentro do prédio, energia elétrica ou esgoto. É o caso de escolas com fossa, energia por meio de gerador ou banheiros externos de rio ou fonte;

NÍVEL 2: A escola tem, entre outros itens, água de poço, banheiro dentro da escola e poucos sinais de depredação;

NÍVEL 3: A escola tem, entre outros itens, água da rede pública, coleta de lixo, sala de professores, até cinco computadores para os alunos, internet sem banda larga, telhados, pisos, portas etc.

NÍVEL 4: A escola tem, entre outros itens, laboratório de informática, internet banda larga, biblioteca, quadra descoberta, iluminação externa regular e mais da metade das salas arejadas;

NÍVEL 5: A escola tem, entre outros itens, laboratório de ciências, impressora multifuncional, banheiro em bom estado e com chuveiro, quadra coberta, parque infantil e refeitório;

NÍVEL 6: A escola tem, entre outros itens, auditório, pelo menos 20 computadores para os alunos e infraestrutura adequada para pessoas com deficiência;

NÍVEL 7: A escola tem, além de todos os itens anteriores, três ou mais impressoras multifuncionais, informática acessível e recursos para inclusão adequada, como Braille e comunicação alternativa.

Segundo os dados do estudo, entre 2013 e 2017 o número de escolas nos níveis mais altos do indicador têm aumentando gradativamente, mas, das 131.604 escolas avaliadas em 2017, apenas 2,7% delas já atingiram o nível 7, e 3,3%, ou mais de 4.300 instituições, ainda se encontram no nível 1 da escala acima.

De acordo com a publicação, uma escola "típica" do nível 1, considerando todos os dados, é uma escola municipal com até 50 alunos que dá aulas apenas no ensino fundamental (ou fundamental e infantil), e está localizada em uma zona rural da Região Norte, além de ter índice socioeconômico (Inse) muito baixo.

Inse: O Índice Socioeconômico é determinado por aspectos relacionados à família dos estudantes de uma escola, como a escolaridade da mãe, que são fatores que ajudam ou atrapalham o processo de aprendizado dos alunos.

Os desafios das redes municipais Apesar de serem escolas pequenas e geralmente localizadas nas periferias ou zonas rurais do Brasil, as escolas municipais que oferecem apenas o ensino fundamental são as que sofrem os maiores desafios tanto de adequação aos parâmetros de qualidade estruturais quanto às expectativas de aprendizagem.

A professora Maria Teresa Gonzaga, uma das pesquisadoras que coordenou o estudo, explicou ao G1 que são vários os motivos por trás desses resultados, como o fato de serem milhares de redes diferentes e heterogêneas, e de os municípios serem os que menos têm recursos financeiros para investir em obras.

Mas ela citou questões subjetivas que também precisam ser levadas em conta.

CLIPPING



"Às vezes o prédio da escola não é totalmente adequado, falta espaço para colocar uma quadra, por exemplo. Mas às vezes a comunidade não abre mão da escola naquela localização, e a solução que o sistema tem que pensar é buscar apoio da própria comunidade sobre qual é a melhor solução", afirmou Maria Teresa Gonzaga, da UFMG. "Fechar uma escola e criar outra mais distante é outro problema."

Ela ressaltou, ainda, que há escolas pequenas nas zonas rurais de regiões remotas do Brasil, como as escolas indígenas, que não são adequadas para avaliar apenas em estudos de larga escala como o publicado nesta quarta.

"São escolas que atendem a públicos diferenciados. São importantes, mas não dá para ser um estudo de larga escala, precisam de avaliação in loco."

Finalmente, a professora aponta que, quando o quesito é garantir a acessibilidade e oferecer atendimento educacional especializado para estudantes com algum tipo de deficiência, as redes estaduais e municipais ultrapassam a rede federal e as escolas particulares. "Em geral são escolas pequenas, de ensino fundamental dos anos iniciais, e a acessibilidade está sendo mais atendida nesses espaços. Temos que valorizar esses pequenos ganhos", disse ela.

Como foi feita a pesquisa A professora da UFMG explica que o objetivo primeiro da publicação foi desenvolver uma definição para infraestrutura. "Vimos que não tem uma definição, ela é multidimensional", explicou Maria Teresa. A partir dessa visão, as pesquisadoras elaboraram uma lista de cinco dimensões da infraestrutura escolar:

área que delimita a escola: inclui sua localização na zona rural ou urbana, e em que município, estado e região;
condições de atendimento: que modalidades e etapas a escola oferece, além do tamanho dela;
condições básicas: acesso a serviços básicos, instalações mínimas como banheiro e a prevenção de danos ao patrimônio e às pessoas (como prevenção de incêndio e segurança);
condições pedagógicas: se a escola tem salas de aula e outras instalações escolares, equipamentos e recursos pedagógicos;
condições para bem estar: se os espaços são confortáveis, bem cuidados e prazerosos;
condições para a equidade: se as escolas têm acessibilidade e espaços inclusivos de acordo com gênero, etnia e cultura, além de recursos para educação especial e para pessoas com deficiência. Em seguida, foram criados 11 indicadores múltiplos, que englobam 23 variáveis diferentes para avaliar as condições das escolas, além de um indicador de "infraestrutura geral" que sintetiza os demais, com o peso relativo dos itens avaliados.

Indicadores de qualidade da infraestrutura das escolas:				
Serviços básicos				
Instalações do prédio				
Prevenção de danos				
Conservação				
Conforto Ambiente				prazeroso
Espaços pedagógicos				
Equipamentos administrativos				
Equipamentos pedagógicos				
Acessibilidade para Atendimento Educacional Especializado (AEE)				
Ambiente para				geral
Infraestrutura dos dados				
Cruzamento				

A ideia também foi levar em consideração fatores presentes nas recomendações do Plano Nacional de Educação (PNE), incluindo o aumento do financiamento para a educação, e a inclusão de estudantes com deficiência e necessidades especiais no ensino regular, e em metas da Agenda 2030, da própria Unesco.

Por isso o levantamento cruzou informações de duas bases de dados diferentes: no Censo Escolar, foram obtidos os detalhes mais objetivos sobre as condições das escolas.

Já no questionário do Saeb respondido por professores e diretores das escolas, a pesquisa levantou informações sobre a percepção dos docentes a respeito, por exemplo, da segurança nas escolas.

Essas medidas, consideradas "mais finas" pela professora, porém, não estão presentes para todas as escolas – o Saeb 2017, por exemplo, tem esses dados para 57.197 escolas, já que escolas com menos de 20 alunos matriculados no quinto ou nono ano do fundamental, e terceiro do ensino médio, não participam da Prova Brasil.

Além disso, a professora explica que ainda não é possível avaliar parte das dimensões pretendidas, porque o Brasil não dispõe de dados suficientes. "A própria Unesco tem estudos que mostram que meninas deixam de frequentar escola porque não têm banheiro separado para elas", exemplificou Maria Teresa, da UFMG.

Infraestrutura e aprendizagem
Os dados da publicação da Unesco corroboram uma associação conhecida entre os especialistas em educação: escolas com infraestrutura de qualidade tendem a ter educação de qualidade.

Porém, a professora Maria Teresa alerta que não é possível dizer que há causalidade nos dois fatores. Ou seja, não se pode dizer que a condição física seja a causa do aprendizado.

Mesmo assim, ela diz que são informações que estão "associadas", e o estudo mostra que as escolas com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mais alto também são escolas com condições melhores de infraestrutura.

Separando o Ideb das escolas de acordo com cinco níveis, a publicação indica que o indicador de "infraestrutura geral" de cada grupo está relacionado com o indicador da educação básica desenvolvido pelo Inep:

Infraestrutura das escolas x Ideb
Estudo da Unesco mostra que escolas com Ideb mais alto também são as que têm melhor condição física*

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Novo bloqueio atinge R\$ 348 milhões da Educação

Nos últimos meses, MEC já sofreu cortes que ultrapassam 6 bilhões de reais - correspondente a quase 25% do orçamento anual. Outros oito ministérios também sofrem novos bloqueios. Os ministérios da Cidadania, da Educação e da Economia serão as pastas mais afetadas pelo bloqueio de verbas de 1,443 bilhão de reais anunciado pelo governo na semana passada. O decreto com a distribuição dos cortes, editado pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicado na noite desta terça-feira (30/07) em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

A pasta mais afetada foi a da Cidadania, que perderá 619,2 milhões de reais. O segundo maior corte ficou com o Ministério da Educação (MEC), que terá 348 milhões de reais bloqueados. Em terceiro lugar ficou o Ministério da Economia, com 282,6 milhões retidos.

Em quarto lugar na lista, o Ministério do Turismo teve 100 milhões de reais bloqueados. Foram afetados ainda os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (59,8 milhões de reais); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (54,7 milhões); das Relações Exteriores (32,9 milhões) e do Meio Ambiente (10,2 milhões).

Em meio à piora nos indicadores econômicos e a redução das projeções de arrecadação federal, o governo já tinha realizado em março um bloqueio orçamentário de quase 30 bilhões de reais.

Em maio, uma onda de protestos foi provocada pela redução de recursos no setor de Educação.

Naquele mesmo mês, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba do MEC. Agora, voltou a fazer um corte na Educação. No total, os cortes acumulados na pasta ultrapassam 6 bilhões de reais, valor correspondente a quase 25% do orçamento anual, representando o maior corte entre os ministérios.

O decreto distribuiu o contingenciamento adicional de 443 bilhão de reais anunciado na semana passada pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Originalmente, o governo teria de bloquear 2,252 bilhões de reais, mas a equipe econômica usou 809 milhões que restavam de uma reserva de emergência constituída em março para diminuir o valor contingenciado.

Com o contingenciamento, o governo visa cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo, desconsiderando os juros da dívida pública) de até 139 bilhões de reais, estabelecida para este ano. Há três semanas, a equipe econômica diminuiu de 1,6% para 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano.

Em contrapartida, duas pastas tiveram recursos liberados. O Ministério da Infraestrutura teve 60 milhões de reais desbloqueados. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ganhou 5 milhões de reais. O valor total do contingenciamento não foi alterado. Nesses casos, as outras pastas tiveram recursos adicionais bloqueados para que esses ministérios pudessem ter verbas liberadas.

MD/ebc/ots

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Novo bloqueio atinge R\$ 348 milhões da Educação

Nos últimos meses, MEC já sofreu cortes que ultrapassam 6 bilhões de reais - correspondente a quase 25% do orçamento anual. Outros oito ministérios também sofrem novos bloqueios. Os ministérios da Cidadania, da Educação e da Economia serão as pastas mais afetadas pelo bloqueio de verbas de 1,443 bilhão de reais anunciado pelo governo na semana passada. O decreto com a distribuição dos cortes, editado pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicado na noite desta terça-feira (30/07) em edição extraordinária do Diário Oficial da União.

A pasta mais afetada foi a da Cidadania, que perderá 619,2 milhões de reais. O segundo maior corte ficou com o Ministério da Educação (MEC), que terá 348 milhões de reais bloqueados. Em terceiro lugar ficou o Ministério da Economia, com 282,6 milhões retidos.

Em quarto lugar na lista, o Ministério do Turismo teve 100 milhões de reais bloqueados. Foram afetados ainda os ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (59,8 milhões de reais); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (54,7 milhões); das Relações Exteriores (32,9 milhões) e do Meio Ambiente (10,2 milhões).

Em meio à piora nos indicadores econômicos e a redução das projeções de arrecadação federal, o governo já tinha realizado em março um bloqueio orçamentário de quase 30 bilhões de reais.

Em maio, uma onda de protestos foi provocada pela redução de recursos no setor de Educação. Naquele mesmo mês, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba do MEC. Agora, voltou a fazer um corte na Educação. No total, os cortes acumulados na pasta ultrapassam 6 bilhões de reais, valor correspondente a quase 25% do orçamento anual, representando o maior corte entre os ministérios.

O decreto distribuiu o contingenciamento adicional de 443 bilhão de reais anunciado na semana passada pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Originalmente, o governo teria de bloquear 2,252 bilhões de reais, mas a equipe econômica usou 809 milhões que restavam de uma reserva de emergência constituída em março para diminuir o valor contingenciado.

Com o contingenciamento, o governo visa cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo, desconsiderando os juros da dívida pública) de até 139 bilhões de reais, estabelecida para este ano. Há três semanas, a equipe econômica diminuiu de 1,6% para 0,8% a previsão de

Em contrapartida, duas pastas tiveram recursos liberados. O Ministério da Infraestrutura teve 60 milhões de reais desbloqueados. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ganhou 5 milhões de reais. O valor total do contingenciamento não foi alterado. Nesses casos, as outras pastas tiveram recursos adicionais bloqueados para que esses ministérios pudessem ter verbas liberadas.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019

Termina hoje (31), às 23h59 (horário de Brasília), o prazo para coleta de informações do Censo Escolar 2019. Realizado pelo Instituto..

Termina hoje (31), às 23h59 (horário de Brasília), o prazo para coleta de informações do Censo Escolar 2019. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o censo é a mais importante pesquisa estatística educacional do país e conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas. O preenchimento dos formulários deve ser feito pela internet, diretamente no sistema Educacenso, que pode ser acessado pelo portal do Inep.

A coleta de dados é feita em duas etapas. Na primeira, que se encerra hoje, os gestores informam dados sobre escolas, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, Situação do Aluno, ocorrerá somente no ano que vem.

Todas as escolas que iniciaram o preenchimento dos dados terão as informações preliminares publicadas no Diário Oficial da União (DOU), inclusive as instituições que não realizarem o fechamento, até o dia 31 de julho.

Importância das informações

O objetivo do censo é fazer um raio-X da educação no país. Com essas informações, governos federal, estaduais e municipais podem criar e aperfeiçoar políticas públicas de educação. A realização do censo cumpre a legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A distribuição de recursos para merenda, livros didáticos e transporte escolar, por exemplo, é determinada pelas informações declaradas.

O Censo 2019 servirá também de base para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), previsto para outubro de 2019. O objetivo do Saeb é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino praticado no país, e é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

[topo](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

MEC prorroga prazo para renegociação de dívida com Fies

O MEC (Ministério da Educação) prorrogou, para o dia 10 de outubro, o prazo para renegociação de dívida do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

A portaria que prevê a ampliação a renegociação foi publicada nesta terça-feira (30) no Diário Oficial da União.

Para pedir a renegociação, os estudantes precisam ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017; estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias; e ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

De acordo com o Ministério da Educação, mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações. O saldo devedor total alcança o valor de R\$ 11,2 bilhões.

Para regularizar a situação, os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deve pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL EM DEFESA DO FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atende da creche ao ensino médio, só tem validade até o fim deste ano. Preocupado, o deputado Queiroz Filho (PDT), que preside a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, defende a criação de uma frente parlamentar em âmbito nacional para preservar esse instrumento fundamental para a educação. “Na disputa de narrativas que vivemos no Brasil, é importante priorizarmos, independente de ideologia, os nossos jovens, que são o futuro do nosso País”, disse.

topo ↕

O DIA - PI - BRASIL

MEC prorroga prazo para renegociação de dívida com Fies

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou, para o dia 10 de outubro, o prazo para renegociação de dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A portaria que prevê a ampliação a renegociação foi publicada ontem (30) no Diário Oficial da União. Para pedir a renegociação, os estudantes precisam ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017; estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias; e ter contratos em fase de amortização. Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial.

A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações.

O saldo devedor total alcança o valor de R\$ 11,2 bilhões. Para regularizar a situação, os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deve pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000.

topo ↕

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES

Fies prorroga prazo para renegociar dívida

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou, para o dia 10 de outubro, o prazo para renegociação de dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A portaria que prevê a ampliação a renegociação foi publicada ondem no Diário Oficial da União. Para pedir a renegociação, os estudantes precisam ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017; estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias; e ter contratos em fase de amortização. Além disso, os contratos não podem ser objeto de

ação judicial.

A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização. De acordo com o Ministério da Educação, mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações.

O saldo devedor total alcança o valor de R\$ 11,2 bilhões. Para regularizar a situação, os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não pode ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deve pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000.

topo ↕

GUIA DO ESTUDANTE - NOTÍCIAS

MEC reunirá serviços em um único site a partir de 2020

O candidato poderá criar um único login e, por meio do mesmo site, acessar o Enem, Sisu e Prouni

O ministro da educação Abraham Weintraub anunciou a migração digital do Ministério da Educação (MEC), em 2020, para um único portal na internet que reunirá 99 serviços oferecidos pela pasta. O portal ao qual o MEC será incorporado é o gov.br, que reunirá também todos os outros ministérios do governo federal.

A ideia é que o estudante consiga, por meio de um único login, acessar diversos programas como o Sisu, Prouni, Enceja e outros. Hoje, cada um deles fica em sites separados e com acessos diferentes. Segundo o MEC, a economia gerada por essa mudança deve ser de R\$ 6,5 milhões ao ano.

O ministério ainda não divulgou a lista completa desses serviços que serão reunidos, mas adiantou que serão 48 serviços de educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional.

Programas ligados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) farão parte desse portal. As inscrições para o Enem do ano que vem já devem acontecer com o login unificado.

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Inscrições abertas para mestrado especial em Direito do UniCEUB

Interessados podem se inscrever no site do Centro Universitário até 2 de agosto

Estão abertas as inscrições para o programa especial de mestrado em Direito do UniCEUB. Os estudantes que desejam ingressar como aluno especial do mestrado podem se inscrever até o dia 2 de agosto, no site do Centro Universitário. Em uma espécie de experimentação do curso, os interessados podem fazer uma ou duas disciplinas nesse semestre, em seguida, podem se tornar alunos regulares, após processo seletivo.

Os graduados que desejam ingressar nas pesquisas do mestrado podem escolher entre os seguintes temas: Políticas Públicas, Constituição e Organização do Estado; Políticas Públicas, Processo Civil, Penal e Controle Penal; Políticas Públicas, Sociedade Civil e Proteção da Pessoa e Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico.

O curso

O Mestrado em Direito do UniCEUB é avaliado com nota máxima pelo **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O Programa tem o corpo docente formado de 26 professores doutores, com dedicação plena ao mestrado e doutorado. Todos participam dos grupos integrados de pesquisa. Há ainda a participação de 5 professores associados e frequentemente de professores visitantes estrangeiros e brasileiros que lecionam seminários jurídicos avançados.

O UniCEUB é uma das instituições do país com maior número de convênios na área jurídica. O Programa mantém projetos de cooperação nacional e internacional com universidades europeias, americanas, australianas e latinoamericanas. Há mais de 8 projetos de cooperação nacional e mais de 20 projetos de cooperação internacional ativos, com quase todos os professores do programa envolvidos.

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

MEC reunirá serviços em um único site a partir de 2020

O ministro da educação Abraham Weintraub anunciou a migração digital do Ministério da Educação (MEC), em 2020, para um único portal na internet que reunirá 99 serviços oferecidos pela pasta. O portal ao qual o MEC será incorporado é o gov.br, que reunirá também todos os outros ministérios do governo federal.

A ideia é que o estudante consiga, por meio de um único login, acessar diversos programas como o Sisu, Prouni, Encceja e outros. Hoje, cada um deles fica em sites separados e com acessos diferentes. Segundo o MEC, a economia gerada por essa mudança deve ser de R\$ 6,5 milhões ao ano.

O ministério ainda não divulgou a lista completa desses serviços que serão reunidos, mas adiantou que serão 48 serviços de educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional.

Programas ligados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) farão parte desse portal. As inscrições para o Enem do ano que vem já devem acontecer com o login unificado.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019

Pesquisa conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Os formulários devem ser preenchidos pela internet

Termina nesta quarta-feira (31), às 23h59 (horário de Brasília), o prazo para coleta de informações do Censo Escolar 2019. Realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o censo é a mais importante pesquisa estatística educacional do país e conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas. O preenchimento dos formulários deve ser feito pela internet, diretamente no sistema Educacenso, que pode ser acessado pelo portal do Inep.

A coleta de dados é feita em duas etapas. Na primeira, que se encerra hoje, os gestores informam dados sobre escolas, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula.

A segunda etapa, Situação do Aluno, ocorrerá somente no ano que vem.

Todas as escolas que iniciaram o preenchimento dos dados terão as informações preliminares publicadas no Diário Oficial da União (DOU), inclusive as instituições que não realizarem o fechamento, até o dia 31 de julho.

Importância das informações

O objetivo do censo é fazer um raio-X da educação no país. Com essas informações, governos federal, estaduais e municipais podem criar e aperfeiçoar políticas públicas de educação. A realização do censo cumpre a legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A distribuição de recursos para merenda, livros didáticos e transporte escolar, por exemplo, é determinada pelas informações declaradas.

O Censo 2019 servirá também de base para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), previsto para outubro de 2019. O objetivo do Saeb é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino praticado no país, e é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

O controverso programa do MEC para salvar as universidades federais

Com Fundo Soberano do Conhecimento previsto no programa Future-se, ministério espera arrecadar R\$ 100 bilhões com verbas privadas. Reitores criticam falta de diálogo, e especialista vê ameaça à produção científica. Após a forte reação ao anúncio de contingenciamento de verbas das universidades e institutos federais, no final de abril, o Ministério da Educação (MEC) apresentou, no último dia 17 de julho, o "Future-se", programa destinado a impulsionar a participação da iniciativa privada na gestão de instituições de ensino superior. Entre promessas de sanar a grave crise orçamentária do setor e acusações de privatização do ensino e inconstitucionalidade, o MEC se vê no centro de uma nova polêmica.

O rascunho do Projeto de Lei (PL) que prevê a criação do Future-se propõe a mudança de 17 leis em vigor. Além de alterações substantivas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco legal da educação superior, e o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, o PL perpassa legislações das áreas de ciência e tecnologia, cultura, tributação e saúde - esta última, no âmbito dos hospitais universitários.

A amplitude da proposta do MEC reflete o desejo de uma modificação radical na estrutura administrativa das instituições federais. Embora tenha sido aberto um prazo de consulta pública do programa, que vai até 15 de agosto, as administrações das universidades e institutos federais queixam-se por terem sido pegas de surpresa com o anúncio do programa.

Em nota conjunta, reitores de universidades e institutos federais de educação do Rio de Janeiro afirmam não terem sido convocados para contribuir com a formulação do programa, embora reconheçam a necessidade de discutir alternativas para a crise orçamentária do setor, agravada pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o congelamento do investimento público por 20 anos.

"A proposta foi elaborada em contexto de grave restrição orçamentária das instituições federais de ensino, que correm risco real de interrupção das atividades acadêmicas neste segundo semestre de 2019. É, portanto, fundamental discutir profundamente o modelo de financiamento do ensino superior", diz o trecho de uma nota conjunta elaborada por reitores das universidades e institutos federais do Rio de Janeiro.

Parcerias

O Future-se prevê a implementação de diversas iniciativas que estimulam parcerias com o capital privado para a ampliação de receitas e criação de ambientes favoráveis aos negócios, abrigadas no eixo de "gestão, governança e empreendedorismo".

Entre algumas das novas fontes de verbas sugeridas estão a gestão de imóveis das instituições, a internacionalização, o registro de patentes, a cessão de naming rights - direitos do nome - de prédios e campi, além da captação de recursos por meio de leis de incentivos fiscais na área cultural.

Uma das principais novidades anunciadas pelo programa é a criação de um Fundo Soberano do Conhecimento, que pode contar com um aporte inicial de até 50 bilhões de reais do governo federal. Com a participação de investidores privados, o governo espera que a arrecadação ultrapasse os 100 bilhões de reais.

O MEC também propõe a criação de um sistema de premiação para professores que publicarem em periódicos científicos, além de estabelecer a possibilidade de estabelecerem sociedade com propósitos específicos, explorarem patentes e ainda serem fundadores ou sócios de startups dentro das universidades.

"Estamos tornando o cargo de professor universitário o melhor cargo do Brasil, porque além de ele ter o seu salário garantido, tudo o que ele conseguir captar será dele", declarou o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

Após aventar a possibilidade de contratação de professores via CLT, ao contrário do ingresso via concurso público adotado nas instituições hoje, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou atrás e afirmou que o novo regime só valeria para docentes renomados de universidades estrangeiras, sem esclarecer como seria mantido o princípio da impessoalidade no processo.

Pelo desenho do projeto apresentado pelo MEC, a adesão ao Future-se aconteceria de forma voluntária por cada instituição federal. O pré-requisito é a transferência da gestão para organizações sociais, as OSs. Esse modelo de gestão já vem sendo adotado na gestão dos hospitais universitários, com o estabelecimento de contratos de gestão.

Riscos

No entendimento de segmentos expressivos do meio acadêmico, essa proposta fere o princípio da autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2006, acredita que o modelo terá impactos graves sobre a produção científica, que já convive com recursos escassos.

"Em todos os países desenvolvidos do mundo, a pesquisa e as próprias universidades

são fortemente sustentadas pelo Estado. Isso porque o desenvolvimento das economias passa ao largo dos interesses do mercado, que deseja atender aos desejos mais imediatos de seus agentes econômico", pontua.

Cara lembra que mesmo nos Estados Unidos, boa parte do ensino é subsidiada pelo Estado, especialmente a pesquisa. E afirma, ainda, que a estrutura americana não pode servir de referência para o Brasil, uma vez que, aqui, as universidades públicas devem ser instrumentos de democratização do acesso ao ensino superior.

"Trata-se de um país continental extremamente desigual, em que apenas 18% dos jovens entre 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior. Estamos distantes de alcançar o patamar de 33% da população adulta com graduação completa e aquém de países latino-americanos com renda e desenvolvimentos médios inferiores aos do Brasil", argumenta.

Ao enxergarem no Future-se uma ameaça à autonomia universitária, críticos do programa apontam traços de inconstitucionalidade na transferência da gestão para as OSs. No entendimento da advogada constitucionalista Vera Chemin, a acusação é infundada. Entretanto, ela explica que a falta de clareza na interpretação do artigo 207 pela legislação relacionada e também por tribunais superiores dá margem a diferentes apreensões.

"A discussão sobre a autonomia financeira das instituições de ensino público superior vem sendo travada desde o final dos anos 1970. É uma questão complexa do ponto de vista constitucional e jurisprudencial, sobretudo por decisões do STF. Mas especialmente porque embute, infelizmente, o embate ideológico", diz.

Chemin afirma que as leis criadas para regulamentar o artigo 207 são confusas e contraditórias. Porém, lembra que o caráter público das instituições não implica a dependência permanente de recursos provenientes do Estado.

"As instituições de ensino superior federais resistem a conquistar sua autonomia porque estão acostumadas a receber essa verba da União, o que gerou uma acomodação. A partir do momento em que iniciarem um voo próprio, irão tornar-se muito mais eficientes", defende.

Daniel Cara, por sua vez, lembra casos recentes de ondas de demissões de professores em universidades privadas brasileiras, especialmente em São Paulo, motivadas sobretudo por divergências ideológicas. Ele acredita que a entrada das OSs teria o efeito de ferir a liberdade de cátedra dos docentes.

"O efeito para o país será a pressão sobre a produção científica, o que vai levar o país ao obscurantismo. Sabemos que o governo é contra o conhecimento científico. Desmobilizar as universidades federais, responsáveis pela maior capilaridade da ciência, acaba sendo um objetivo muito concreto do bolsonarismo", opina.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019

Termina hoje (31), às 23h59 (horário de Brasília), o prazo para coleta de informações do Censo Escolar 2019. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o censo é a mais importante pesquisa estatística

educacional do país e conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas. O preenchimento dos formulários deve ser feito pela internet, diretamente no sistema Educacenso, que pode ser acessado pelo portal do Inep.

A coleta de dados é feita em duas etapas. Na primeira, que se encerra hoje, os gestores informam dados sobre escolas, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, Situação do Aluno, ocorrerá somente no ano que vem.

Todas as escolas que iniciaram o preenchimento dos dados terão as informações preliminares publicadas no Diário Oficial da União (DOU), inclusive as instituições que não realizarem o fechamento, até o dia 31 de julho.

Importância das informações

O objetivo do censo é fazer um raio-X da educação no país. Com essas informações, governos federal, estaduais e municipais podem criar e aperfeiçoar políticas públicas de educação. A realização do censo cumpre a legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A distribuição de recursos para merenda, livros didáticos e transporte escolar, por exemplo, é determinada pelas informações declaradas.

O Censo 2019 servirá também de base para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), previsto para outubro de 2019. O objetivo do Saeb é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino praticado no país, e é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

O controverso programa do MEC para salvar as universidades federais

Com Fundo Soberano do Conhecimento previsto no programa Future-se, ministério espera arrecadar R\$ 100 bilhões com verbas privadas. Reitores criticam falta de diálogo, e especialista vê ameaça à produção científica. Após a forte reação ao anúncio de contingenciamento de verbas das universidades e institutos federais, no final de abril, o Ministério da Educação (MEC) apresentou, no último dia 17 de julho, o "Future-se", programa destinado a impulsionar a participação da iniciativa privada na gestão de instituições de ensino superior. Entre promessas de sanar a grave crise orçamentária do setor e acusações de privatização do ensino e inconstitucionalidade, o MEC se vê no centro de uma nova polêmica.

O rascunho do Projeto de Lei (PL) que prevê a criação do Future-se propõe a mudança de 17 leis em vigor. Além de alterações substantivas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco legal da educação superior, e o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, o PL perpassa legislações das áreas de ciência e tecnologia, cultura, tributação e saúde – esta última, no âmbito dos hospitais universitários.

A amplitude da proposta do MEC reflete o desejo de uma modificação radical na estrutura administrativa das instituições federais. Embora tenha sido aberto um prazo de consulta pública do programa, que vai até 15 de agosto, as administrações das universidades e institutos federais queixam-se por terem sido pegas de surpresa com o anúncio do programa.

Em nota conjunta, reitores de universidades e institutos federais de educação do Rio de Janeiro afirmam não terem sido convocados para contribuir com a formulação do programa, embora reconheçam a necessidade de discutir alternativas para a crise orçamentária do setor, agravada pela Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o congelamento do investimento público por 20 anos.

"A proposta foi elaborada em contexto de grave restrição orçamentária das instituições federais de ensino, que correm risco real de interrupção das atividades acadêmicas neste segundo semestre de 2019. É, portanto, fundamental discutir profundamente o modelo de financiamento do ensino superior", diz o trecho de uma nota conjunta elaborada por reitores das universidades e institutos federais do Rio de Janeiro.

Parcerias

O Future-se prevê a implementação de diversas iniciativas que estimulam parcerias com o capital privado para a ampliação de receitas e criação de ambientes favoráveis aos negócios, abrigadas no eixo de "gestão, governança e empreendedorismo".

Entre algumas das novas fontes de verbas sugeridas estão a gestão de imóveis das instituições, a internacionalização, o registro de patentes, a cessão de naming rights – direitos do nome – de prédios e campi, além da captação de recursos por meio de leis de incentivos fiscais na área cultural.

Uma das principais novidades anunciadas pelo programa é a criação de um Fundo Soberano do Conhecimento, que pode contar com um aporte inicial de até 50 bilhões de reais do governo federal. Com a participação de investidores privados, o governo espera que a arrecadação ultrapasse os 100 bilhões de reais.

O MEC também propõe a criação de um sistema de premiação para professores que publicarem em periódicos científicos, além de estabelecer a possibilidade de estabelecerem sociedade com propósitos específicos, explorarem patentes e ainda serem fundadores ou sócios de startups dentro das universidades.

"Estamos tornando o cargo de professor universitário o melhor cargo do Brasil, porque além de ele ter o seu salário garantido, tudo o que ele conseguir captar será dele", declarou o secretário de Educação Superior, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior.

Após aventar a possibilidade de contratação de professores via CLT, ao contrário do ingresso via concurso público adotado nas instituições hoje, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou atrás e afirmou que o novo regime só valeria para docentes renomados de universidades estrangeiras, sem esclarecer como seria mantido o princípio da impessoalidade no processo.

Pelo desenho do projeto apresentado pelo MEC, a adesão ao Future-se aconteceria de forma voluntária por cada instituição federal. O pré-requisito é a transferência da gestão para organizações sociais, as OSs. Esse modelo de gestão já vem sendo adotado na gestão dos hospitais universitários, com o estabelecimento de contratos de gestão.

Riscos

No entendimento de segmentos expressivos do meio acadêmico, essa proposta fere o

princípio da autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação desde 2006, acredita que o modelo terá impactos graves sobre a produção científica, que já convive com recursos escassos.

"Em todos os países desenvolvidos do mundo, a pesquisa e as próprias universidades são fortemente sustentadas pelo Estado. Isso porque o desenvolvimento das economias passa ao largo dos interesses do mercado, que deseja atender aos desejos mais imediatos de seus agentes econômico", pontua.

Cara lembra que mesmo nos Estados Unidos, boa parte do ensino é subsidiada pelo Estado, especialmente a pesquisa. E afirma, ainda, que a estrutura americana não pode servir de referência para o Brasil, uma vez que, aqui, as universidades públicas devem ser instrumentos de democratização do acesso ao ensino superior.

"Trata-se de um país continental extremamente desigual, em que apenas 18% dos jovens entre 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior. Estamos distantes de alcançar o patamar de 33% da população adulta com graduação completa e aquém de países latino-americanos com renda e desenvolvimentos médios inferiores aos do Brasil", argumenta.

Ao enxergarem no Future-se uma ameaça à autonomia universitária, críticos do programa apontam traços de inconstitucionalidade na transferência da gestão para as OSs. No entendimento da advogada constitucionalista Vera Chemin, a acusação é infundada. Entretanto, ela explica que a falta de clareza na interpretação do artigo 207 pela legislação relacionada e também por tribunais superiores dá margem a diferentes apreensões.

"A discussão sobre a autonomia financeira das instituições de ensino público superior vem sendo travada desde o final dos anos 1970. É uma questão complexa do ponto de vista constitucional e jurisprudencial, sobretudo por decisões do STF. Mas especialmente porque embute, infelizmente, o embate ideológico", diz.

Chemin afirma que as leis criadas para regulamentar o artigo 207 são confusas e contraditórias. Porém, lembra que o caráter público das instituições não implica a dependência permanente de recursos provenientes do Estado.

"As instituições de ensino superior federais resistem a conquistar sua autonomia porque estão acostumadas a receber essa verba da União, o que gerou uma acomodação. A partir do momento em que iniciarem um voo próprio, irão tornar-se muito mais eficientes", defende.

Daniel Cara, por sua vez, lembra casos recentes de ondas de demissões de professores em universidades privadas brasileiras, especialmente em São Paulo, motivadas sobretudo por divergências ideológicas. Ele acredita que a entrada das OSs teria o efeito de ferir a liberdade de cátedra dos docentes.

"O efeito para o país será a pressão sobre a produção científica, o que vai levar o país ao obscurantismo. Sabemos que o governo é contra o conhecimento científico. Desmobilizar as universidades federais, responsáveis pela maior capilaridade da ciência, acaba sendo um objetivo muito concreto do bolsonarismo", opina.

A Deutsche Welle é a emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente em 30 idiomas. Siga-nos no Facebook | Twitter | YouTube | App | Instagram | Newsletter

Autor: João Soares

PARA+ - TEMPO REAL

Portal é lançado pela Unesp com dados de 3 mil professores

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) lançou o Portal Docentes Unesp, uma plataforma que reúne informações de 13 bases de dados diferentes sobre os professores da universidade. Segundo a Unesp, o portal tem como objetivo dar visibilidade a dados públicos relacionados ao corpo docente, facilitando buscas das mais diversas dentro desse universo, como a unidade em que o professor leciona, o tipo de vínculo que possui, sua área de atuação e detalhes de sua produção acadêmica.

A plataforma reúne informações de mais de 3 mil professores, vinculados a todas as áreas do conhecimento. Dentre as informações científicas que circulam na universidade, a plataforma permite, por exemplo, encontrar especialistas especificando um tema na busca, inserindo uma palavra-chave ou procurando por um programa de pós-graduação.

É possível também filtrar os dados por projetos com financiamento da FAPESP ou do CNPq, entre outras possibilidades.

As buscas podem ser feitas em português ou em inglês e os dados dos docentes são coletados das seguintes bases: Biblioteca Virtual da FAPESP, ORCID, Scopus, Web of Science, Google Scholar, Repositório Institucional da Unesp, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, CNPq e de cinco sistemas institucionais da Unesp.

O portal agrupa um conjunto de informações que inclui a lotação do docente/pesquisador, seus projetos de pesquisas, as citações e estatísticas detalhadas sobre a produção do professor. Uma nuvem contendo 15 palavras extraídas do currículo Lattes proporciona um panorama geral dos assuntos envolvidos nas pesquisas de cada docente e, no caso de interesse nas pesquisas desenvolvidas, a comunicação entre os pesquisadores é facilitada pelo endereço de e-mail de cada um, integrado ao sistema.

topo ↕

TV ONIX - TEMPO REAL

100% dos serviços do MEC serão digitais

Até dezembro de 2020, todos os serviços do Ministério da Educação (MEC) estarão disponíveis em ambiente digital, no portal único do governo federal, o gov.br. O objetivo é prestar um atendimento mais ágil ao cidadão. O Plano de Transformação Digital foi anunciado nesta segunda-feira (29) e vai trazer uma economia de R\$ 32,5 milhões para o governo e o cidadão.

O programa vai unificar todos os serviços do Ministério em uma mesma plataforma e “simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto que está na ponta recebendo serviços, reduzindo custos”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Com um único login e senha, o usuário vai poder acessar, solicitar e acompanhar 99 serviços do Ministério da Educação. Desses, 48 são da educação superior, 47 da educação básica e 4 da educação profissional e tecnologia.

Entre os serviços que estarão completamente digitalizados, está a oferta de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos e de bolsas permanência, auxílio para estudantes de ensino superior de baixa renda.

Já a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir do ano que vem. As primeiras aplicações piloto no modelo digital serão opcionais. Os candidatos vão poder escolher pela forma digital ou pela tradicional prova em papel. A ideia é que o exame esteja totalmente digitalizado em 2026.

O Plano de Transformação Digital do Ministério da Educação foi feito em parceria com o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o MEC, a política segue a tendência de todo o governo federal de otimizar os canais para o cidadão. “Vamos simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir custos e tempo de espera, a exemplo de outros serviços que tem sido transformados no governo federal”, afirmou o diretor de Tecnologia de Informação do Ministério da Educação, Daniel Miranda Rogério.

Também serão digitalizados serviços de entidades ligadas ao MEC, como **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituto Nacional de Ensinos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

topo ↕

24 BRASIL - TEMPO REAL

**MAIS CORTES NA EDUCAÇÃO - Governo Edita Decreto Orçamentário
Detalhando Bloqueio De R\$ 1,44 Bilhão**

Governo edita decreto orçamentário; maiores bloqueios são em Cidadania e Educação

O governo publicou na noite desta terça-feira (30), em edição extraordinária do “Diário Oficial da União”, o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019.

O bloqueio adicional na peça orçamentária, que se soma aos R\$ 29,7 bilhões divulgados em março, tem por objetivo tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar as despesas com juros) do governo neste ano, de até R\$ 139 bilhões.

Há possibilidade de o governo desbloquear esses recursos até o fim do ano, mas, para isso, depende do ingresso de receitas adicionais – que podem ser obtidas de forma extraordinária (com venda de ativos) ou por meio de um crescimento maior da economia – com respectivo impacto na arrecadação.

Do valor adicional de R\$ 1,44 bilhão contingenciado neste mês, as três pastas que sofreram os maiores bloqueios são:

Ministério da Cidadania: R\$ 619,16 milhões (42,9% do total de R\$ 1,44 bilhão)

Ministério da Educação: R\$ 348,47 milhões (24,1%)

Ministério da Economia: R\$ 282,57 milhões (19,5%)

Veja outros bloqueios ou liberação de verbas autorizados por meio do decreto:

Agricultura: bloqueio de R\$ 54,69 milhões

Ciência e Tecnologia: bloqueio de R\$ 59,78 milhões

Infraestrutura: liberação de R\$ 60 milhões

Meio Ambiente: bloqueio de R\$ 10,19 milhões

Mulher, Família e Direitos Humanos: liberação de R\$ 5 milhões

Relações Exteriores: bloqueio de R\$ 32,88 milhões

Saúde: bloqueio de R\$ 6,99 milhões

Turismo: bloqueio de R\$ 100 milhões

Efeito Dos Contingenciamentos

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O limite dos gastos discricionários (não obrigatórios), somente dos ministérios, caiu de R\$ 129 bilhões, no início do ano, para R\$ 87,41 bilhões após os bloqueios. O governo afirma que buscará reverter os contingenciamentos no decorrer do ano e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

“Esse valor de despesas discricionárias é muito baixo. Nossa intenção é que seja recomposto, ou mantê-lo nesse patamar. Se não tivermos [recomposição], teremos problemas de execução nos ministérios. Nossas ações são para que isso não ocorra”, declarou na semana passada o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, o governo também está atuando por meio das reformas, para melhorar o ambiente da economia e, com isso, incrementar também a arrecadação.

“Apesar de sermos prudentes e transparentes, nosso esforço é de trazer medidas que levem à reativação da economia. Nova previdência é uma, mas há a reforma tributária, o mercado de gás. Outras medidas que afetem a receita positivamente”, acrescentou, na ocasião.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

Investimentos em infraestrutura;

Ações de defesa agropecuária;

Bolsas do CNPq;

Concessão de bolsas de estudo (**Capex**);

Pronatec; Emissão de passaportes;

Farmácia popular;

Fiscalização ambiental (Ibama);

Bolsas para atletas;

Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;

Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

Fonte: G1

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Inep encerra hoje coleta de dados do Censo Escolar 2019

Termina hoje (31), às 23h59 (horário de Brasília), o prazo para coleta de informações do Censo Escolar 2019. Realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o censo é a mais importante pesquisa estatística educacional do país e conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas. O preenchimento dos formulários deve ser feito pela internet, diretamente no sistema Educacenso, que pode ser acessado pelo portal do Inep.

A coleta de dados é feita em duas etapas. Na primeira, que se encerra hoje, os gestores informam dados sobre escolas, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, Situação do Aluno, ocorrerá somente no ano que vem.

Todas as escolas que iniciaram o preenchimento dos dados terão as informações preliminares publicadas no Diário Oficial da União (DOU), inclusive as instituições que não realizarem o fechamento, até o dia 31 de julho.

Importância das informações

O objetivo do censo é fazer um raio-X da educação no país. Com essas informações, governos federal, estaduais e municipais podem criar e aperfeiçoar políticas públicas de educação. A realização do censo cumpre a legislação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A distribuição de recursos para merenda, livros didáticos e transporte escolar, por exemplo, é determinada pelas informações declaradas.

O Censo 2019 servirá também de base para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), previsto para outubro de 2019. O objetivo do Saeb é avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino praticado no país, e é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).